



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 3558/1998		
Ementa cria funções e fixa os respectivos salários para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades do plano diretor de erradicação do Aedes Aegypti do Brasil - PEA - do governo federal.		
Data da Norma 10/06/1998	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 11/04/2001	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 3994/2001	Efeito da Norma Relacionada Revogada pela



LEI Nº. 3.558 DE 10 DE JUNHO DE 1.998

“Cria funções e fixa os respectivos salários para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades do Plano Diretor de Erradicação do ‘Aedes Aegypti’ do Brasil - PEAA - do Governo Federal.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criadas as seguintes funções celetistas e fixados os correspondentes salários, para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades do Plano Diretor de Erradicação do “Aedes Aegypti” do Brasil - PEAA, elaborado pelo Governo Federal, nos termos da Lei Municipal nº 3.500 de 19 de dezembro de 1.997:

I - 31 funções denominadas Agente de Controle de Vetores, com salário mensal equivalente a R\$205,76;

II - 04 funções denominadas Supervisores de Controle de Vetores, com salário mensal equivalente a R\$529,48;

III - 01 função denominada Agente de Informação, Educação e Cultura, com salário mensal equivalente a R\$571,69.

Parágrafo Único - As funções celetistas criadas por este artigo ficarão automaticamente extintas no encerramento da execução do Plano Diretor de Erradicação do “Aedes Aegypti” em Indaiatuba.

Art. 2º - A contratação de pessoal, no regime celetista, por prazo determinado, para desempenhar as funções criadas pelo artigo anterior deverão obedecer o disposto na Lei 3.500 de 19 de dezembro de 1.997 e na Lei 3.031 de 17 de setembro de 1.993.



ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária relativa a pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, suplementada se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de maio de 1.998.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 10 de junho de 1.998.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL